



Cópia:

Do acórdão proferido nos autos de Recurso de Amparo Constitucional n.º 1/2015, em que são recorrentes **A Sociedade Unipessoal Roxana Monteiro Lima, Ld.ª** e **Roxana Monteiro Lima**, e recorrido o **Supremo Tribunal de Justiça**.

TRIBUNAL CONSTITUCIONAL

ACÓRDÃO N.º 23/2020

I – Relatório

1. A **Sociedade Unipessoal Roxana Monteiro Lima, Ld.ª** e **Roxana Monteiro Lima**, melhor identificadas nos autos, interpuseram Recurso de Amparo Constitucional contra o Acórdão do Supremo Tribunal de Justiça n.º 152/2014, de 04 de dezembro, que declarou deserta a instância de recurso por falta de pagamento de preparo, alegando, em síntese, que:

1.1. O Acórdão recorrido foi proferido na sequência de um recurso interposto pelas apelantes, ora recorrentes, que não se conformaram com a decisão proferida pelo Meritíssimo Juiz do 2.º Juízo Cível da Comarca de São Vicente que as tinha condenado a pagar à autora a quantia de 3.000.000\$00 (três milhões de escudos), acrescida de juros de mora vencidos desde a data da citação das mesmas (11 de julho de 2011), contabilizados na presente data em 631.000\$00, e nos juros vincendos até à efetiva entrega da quantia em dívida, assim como no pagamento em custas, com taxa de justiça que foram fixadas em 175.000\$00 (artigo 5.º do CCJ) e procuradoria em 1/3.

1.2. Ordenada a subida dos Autos do recurso de apelação ao Supremo tribunal de Justiça, feita a distribuição, foram passadas as guias para o pagamento do preparo inicial. Tendo sido constatado que as referidas guias não tinham sido levantadas nem pagas, emitiu-se o mandado n.º 681/2014, através do qual se notificou as ora recorrentes para, no prazo de cinco dias, cujo termo *a quo* seria o dia 24 de julho de 2014, solicitassem guias na secretaria e efetuassem o pagamento do preparo inicial no montante de 12.000\$00 (doze mil escudos), acrescido da taxa sanção igual ao dobro da sua importância, totalizando o valor global de 36.000\$00 (trinta e seis mil escudos);

1.3. Reagindo à notificação, dirigiram um requerimento aos Venerados Conselheiros do Supremo Tribunal de Justiça, expondo e solicitando o seguinte: *“Que, por não residirem na cidade da Praia não conseguiram ter conhecimento da data em que o processo chegou à instância recorrida: Que, não souberam quando e em que Secção do STJ o referido processo foi distribuído, para que pudessem iniciar a data da contagem do prazo para o pagamento do preparo, daí o apelo para que aceitassem o pagamento do preparo sem a penalização, pois tinham feito um esforço financeiro enorme para pagar as despesas judiciais na Primeira Instância exactamente para que pudessem recorrer da sentença recorrida, no prazo legal.”*

1.4. Precedendo exposição do Venerando Juiz Conselheiro Relator, por Acórdão n.º 152/2014, de 04 de dezembro, o Supremo Tribunal de Justiça não só desatendeu a pretensão das requerentes como declarou deserto o recurso, invocando o disposto no artigo 265.º, cujo n.º 1 dispõe que: *“os recursos são julgados desertos pela falta de preparo ou de pagamento de custas nos termos legais (...)”*.

1.5. Entendem as recorrentes que andou mal o Supremo Tribunal de Justiça, porquanto, *“nada impedia o Venerando Juiz Relator de despachar o requerimento, dizendo simplesmente que o mesmo ia indeferido, e que as Requerentes dispunham de um, dois, três dias, ou o tempo que achasse adequado, para cumprirem o primitivo despacho. Por conseguinte, perante este caso atípico, e face à omissão no Código do Processo Civil e demais leis, de um dispositivo que resultasse eficaz para se recorrer, quando devia haver, só lhes restam socorrer-se do disposto no artigo 20.º da lei Fundamental da República de Cabo Verde para garantirem o seu direito a uma justiça **EFFECTIVA**.”*

1.6. É, pois, contra esse aresto que interpuseram o presente recurso de amparo, alegando que essa decisão as impediu de aceder à instância de recurso, o que não só é ilegal, porque não negaram pagar o preparo em dobro e não estão a negar a fazê-lo, como também é inconstitucional, porque viola flagrantemente o direito fundamental de um cidadão ao acesso efetivo à justiça, consagrado na Constituição da República de Cabo Verde (Cf. n.º 1, art.º 22).

1.7. Terminam o seu arrazoado da seguinte forma:

“Nos termos em que nos melhores de direito, e sempre com o mui douto suprimento dos Venerandos Conselheiros do Supremo Tribunal de Justiça, enquanto Tribunal Constitucional, pugnam-se pelo provimento do presente Recurso de Amparo, devendo este Tribunal Constitucional declarar inconstitucional esse acórdão, por forma a que as requerentes possam pagar o preparo em dobro, seguindo o processo os seus ulteriores trâmites, até a final, fazendo assim a sã e serena justiça.”

2. Cumprindo o estabelecido no artigo 12.º da Lei do Amparo, foram os autos com vista ao Ministério Público para emitir o parecer sobre a admissibilidade do recurso.

Sua Excelência o Senhor Procurador-Geral de Adjunto emitiu o douto parecer constante de fls. 11 a 16 dos autos, tendo pugnado pela inadmissão do recurso, designadamente por: *manifestamente não foi violado o direito de acesso à justiça.*

“A exigência de pagamento de preparo inicial aos recorrentes, dentro de um prazo legalmente fixado, não estando isentos de o pagar, depois de devidamente notificadas para o efeito e, a cominação de deserção da instância recursiva, com fundamento na falta de pagamento, não viola o princípio de acesso ao direito e aos tribunais. Com efeito, ela não se traduz em qualquer limitação inadequada e desproporcionada ao direito de acesso à justiça e consequentemente do exercício judicial do direito ao recurso decorrente da norma do art.º 21º nº1 da CRCV.

E se assim é, a pretensão de amparo apresentado pelas recorrentes também manifestamente não pode proceder.

Na verdade, dispõe o art.º 16º da Lei n.º 109/IV/94 de 24 de Outubro, sob epígrafe “inadmissibilidade do recurso” que:

1. O recurso não será admitido quando:

e) Manifestamente não estiver em causa a violação de direitos, liberdades e garantias fundamentais constitucionalmente reconhecidos como suscetíveis de amparo.

Não se considerando violado o direito de acesso à justiça nos termos expostos, somos de opinião que não deve ser admitido o presente recurso.”

Concluído o processo, o Relator houve por bem mandar oficial o Supremo Tribunal de Justiça no sentido de remeter, a título devolutivo, os Autos Cíveis de Apelação n.º 164/14, os quais encontram-se apensos, por linha, aos presentes autos.

É, pois, chegado o momento de apreciar a presente petição do recurso nos termos do artigo 13.º da Lei n.º 109/IV/94, de 24 de outubro (doravante Lei do Amparo).

II – Fundamentação

Nos termos do artigo 20.º, n.º 1, da Constituição da República de Cabo Verde:

“1. A todos os indivíduos é reconhecido o direito de requerer ao Tribunal Constitucional, através de recurso de amparo, a tutela dos seus direitos, liberdades e garantias fundamentais, constitucionalmente reconhecidos, nos termos da lei e com observância do disposto nas alíneas seguintes:

a) O recurso de amparo só pode ser interposto contra actos ou omissões dos poderes públicos lesivos dos direitos, liberdades e garantias fundamentais, depois de esgotadas todas as vias de recurso ordinário;

b) O recurso de amparo pode ser requerido em simples petição, tem carácter urgente e o seu processamento deve ser baseado no princípio da sumariedade.”

1. Tratando-se de um recurso de amparo contra uma decisão do Supremo Tribunal de Justiça, importa verificar se existe alguma razão que possa impedir a sua admissão, atento o disposto no artigo 16.º da Lei do Amparo:

O recurso não será admitido quando:

a) Tenha sido interposto fora do prazo;

“O recurso de amparo é interposto no prazo de vinte dias contados da data da notificação da decisão, sempre que a questão seja suscitada em processo que corre termos nos tribunais”, atento o disposto no artigo 5.º da Lei do Amparo.

Nos casos em que se interpõe recurso de amparo constitucional contra decisões de órgão judicial, o prazo a que se refere o artigo 5.º conta-se da data da notificação do despacho que tenha recusado a violação alegadamente praticada.

No caso em exame, o Acórdão recorrido data de 04 de dezembro de 2014 e o presente recurso de amparo deu entrada na Secretaria do Supremo Tribunal de Justiça, enquanto Tribunal Constitucional, a 26 de dezembro de 2014. Quer isso significar que independentemente da data em que tenham sido notificadas as recorrentes, o recurso considera-se tempestivamente interposto, atento o disposto no n.º 2 do artigo 3.º, e no n.º 1 do artigo 5.º da Lei do Amparo, conjugado com o disposto no n.º 2 do artigo 137.º do CPC, aplicável *ex vi* do artigo 1.º da Lei do Amparo.

b) A petição não obedeça aos requisitos estabelecidos nos artigos 7.º e 8.º;

O presente recurso deu entrada na Secretaria do Supremo Tribunal da Justiça, enquanto Tribunal Constitucional, por meio de um requerimento, tendo sido identificado expressamente pelas recorrentes como amparo constitucional, pelo que se dá por verificado o requisito previsto no artigo 7.º da Lei do Amparo

Conforme o artigo 8.º da lei do amparo:

1. Na petição o recorrente deverá observar os seguintes requisitos:

a) Identificar a entidade ou agente autor da omissão que terá lesado o seu direito fundamental;

b) Identificar com precisão a omissão que, na sua opinião, violou o seu direito fundamental;

c) Identificar com clareza o direito que julga ter sido violado, com expressa menção das normas ou princípios jurídico-constitucionais que entende terem sido violados;

d) Expor resumidamente as razões de facto que fundamentam a petição;

e) Formular conclusões, nas quais resumirá, por artigos, os fundamentos de facto e de direito que justificam a petição;

2. A petição terminará com o pedido de amparo constitucional no qual se identificará o amparo que o recorrente entende dever ser-lhe concedido para preservar ou restabelecer os direitos ou garantias fundamentais violados.

Compulsados os autos, verifica-se que a petição em apreço identifica o Supremo Tribunal de Justiça como entidade a quem imputam a violação do seu direito fundamental, tendo também indicado claramente a norma onde se encontra alojado esse direito fundamental; a exposição das razões de facto que fundamentam a petição não se mostra resumida, apesar da exigência legal nesse sentido.

Consente-se que ao longo da fundamentação estejam, materialmente, presentes conclusões, embora não respeitem os requisitos formais constantes da alínea *e) do artigo 8.º da Lei do Amparo*: “*formular conclusões, nas quais resumirá, por artigos, os fundamentos de facto e de direito que justificam a petição;*”

Um outro requisito da fundamentação previsto no artigo 8.º da Lei do Amparo é a formulação do pedido, o qual deve ser feito nos termos do n.º 2: “*A petição terminará com o pedido de amparo constitucional no qual se identificará o amparo que o recorrente entende dever ser-lhe concedido para preservar ou restabelecer os direitos ou garantias fundamentais violados.*”

Todavia, neste recurso se pede que “*este Tribunal Constitucional declare inconstitucional esse acórdão, por forma a que as requerentes possam pagar o preparo em dobro, seguindo o processo os seus ulteriores trâmites, até a final, fazendo assim a sã e serena justiça.*”

Importa esclarecer que no âmbito do recurso de amparo o Tribunal Constitucional escrutina apenas eventuais inconstitucionalidades de condutas, mas nunca inconstitucionalidades normativas.

No entanto, observando o disposto no n.º 3 do artigo 25.º da Lei do Amparo, quando o tribunal reconhecer que *o acto ou omissão objeto de recurso foram praticados por*

determinação ou em cumprimento de uma norma jurídica ou de uma resolução de conteúdo material normativo ou individual e concreto inconstitucional ou ilegal, deverá no acórdão ordenar a remessa do processo para o Procurador Geral da República para a fiscalização sucessiva e concreta da constitucionalidade da referida norma ou resolução, como, de resto, se pode confirmar através da leitura dos seguintes arestos: *Acórdão n.º 10/2018, de 3 de maio, Joaquim Wenceslau v. STJ*, sobre violação dos direitos de audiência e de defesa e da garantia de não ser despedido com base em motivos políticos ou ideológicos e de não ser prejudicado em virtude das suas opções político-partidárias, Rel: JCP Pinto Semedo, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, n. 35, 6 de junho de 2018, pp. 869-884, para. 3. *Acórdão n.º 22/2018, de 11 de outubro, Martiniano v. STJ*, sobre a violação do direito de acesso aos tribunais por decisão de deserção de recurso, Rel: JC José Pina Delgado, *Boletim Oficial*, I Série, n.º 76, 22 de dezembro de 2018, pp. 1824-1835/para. 6. *Acórdão n.º 24/2018, de 13 de novembro, Alexandre Borges v. STJ*, sobre violação dos direitos ao contraditório, de audiência e de defesa em processo criminal, a processo justo e equitativo, da liberdade sobre o corpo e da garantia de presunção da inocência e do direito a não se ser discriminado, Rel: JC José Pina Delgado, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, n.º 88, 28 de dezembro de 2018, pp. 1824-1835/para. 5.1; *Acórdão n.º 27/2018, de 20 de dezembro, Judy Ike Hills v. STJ*, sobre violação de garantia de inviolabilidade de domicílio, de correspondência e de telecomunicações e de garantia da presunção da inocência na sua dimensão de *in dubio pro reo*, Rel: JC Pina Delgado, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, n.º 11, 31 de janeiro de 2019, pp. 146-178/para. 10

Ao decidir sobre a admissibilidade do recurso de amparo constitucional n.º 01/2017, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, n.º 27, de 16 de maio 2017, tendo como recorrente o Senhor Martiniano Nascimento Oliveira e recorrido o Supremo Tribunal de Justiça, através do *Acórdão n.º 05/2017*, de 18 de abril, tinha concedido ao recorrente a possibilidade de aperfeiçoar a sua petição de recurso, formulando conclusões e pedido em termos adequados.

O caso em apreço é similar àquele que foi apreciado no âmbito do recurso de amparo a que se refere o parágrafo anterior, pelo que se justifica adotar o mesmo procedimento com o intuito de permitir, pelas suas próprias palavras, se clarifique quais seriam as medidas pretendidas pelas recorrentes para remediar a violação de direitos que imputam ao órgão judicial recorrido.

Considerando que a fundamentação deste recurso não observa de forma clara todos os requisitos previstos na alínea e) do n.º 1 e no n.º 2 do artigo 8.º da Lei do Amparo, o Tribunal decide, ao abrigo do preceituado no n.º 2 do artigo 16.º da Lei do Amparo, conceder oportunidade às recorrentes para aperfeiçoarem a petição de recurso.

III – Decisão

Nestes termos, os Juízes Conselheiros do Tribunal Constitucional, reunidos em Plenário, determinam que seja notificado as recorrentes para, querendo, e no prazo de dois dias, sob pena da rejeição do recurso:

- a) Formular conclusões, nas quais deverão resumir, por artigos, os fundamentos de facto e de direito que justificam a petição;
- b) Reformular o pedido, de forma que o amparo que lhe possa ser concedido seja adequado à proteção do direito fundamental alegadamente violado.

Registe e notifique.

Praia, 25 de junho de 2020

João Pinto Semedo (Relator)

Aristides R. Lima

José Pina Delgado

ESTÁ CONFORME

Secretaria Judicial do Tribunal Constitucional, aos 03 de julho de 2020.

O Secretário,

João Borges